



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1734/13	DATA: 22/10/2013	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 14h58min	TÉRMINO: 17h10min	PÁGINAS: 46

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA - Secretária Substituta de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.
MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA - Superintendente de Outorgas e Recursos à Prestação da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL.
DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT.
FLÁVIO LARA RESENDE - Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Radiodifusores — ABRA.
ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE - Engenheiro de Sistemas de Comunicação da Associação Brasileira de Rádio e Televisão — ABRATEL.

SUMÁRIO

Debate sobre a viabilidade da implantação do cronograma de transição da TV analógica para a TV digital.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Declaro aberta a presente reunião de audiência pública, fruto dos Requerimentos nºs 226 e 256, de 2013, de autoria do Deputado Sandro Alex, para debater a viabilidade de implantação do cronograma de transição da TV analógica para a TV digital.

Julgo dispensável a leitura dos nomes dos convidados, já amplamente divulgados pela Comissão.

Justificaram a ausência o Sr. Paulo Bernardo Silva, Ministro de Estado das Comunicações — representante: a Sra. Patrícia Brito de Ávila, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica; o Sr. João Batista de Rezende, Presidente da ANATEL, Agência Nacional de Telecomunicações — representante: o Sr. Marconi Thomaz de Souza Maya, Superintendente de Outorgas e Recursos à Prestação; o Sr. Luiz Aubert Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos — ABIMAQ e o Sr. João Carlos Saad, Presidente da ABRA, Associação Brasileira de Radiodifusores — representante: o Sr. Flávio Lara Resende.

Convido os integrantes da Mesa a, por favor, tomarem assento. *(Pausa.)*

Convido a Sra. Patrícia Brito de Ávila, o Sr. Marconi Thomaz de Souza Maya, o Sr. Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da ABERT — Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, o Sr. Flávio Lara Resende e o Sr. André Felipe Seixas Trindade, engenheiro de comunicações da ABRATEL — Associação Brasileira de Rádio e Televisão. *(Pausa.)*

Em virtude de uma reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que hoje está tratando da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano, eu vou pedir licença para deixar a Mesa e vou passá-la para o Deputado Sandro Alex, que vai conduzir os trabalhos.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Uma boa tarde a todos.

Dando continuidade a nossa audiência pública, eu passo a palavra à Sra. Patrícia Brito de Ávila para fazer a sua exposição pelo tempo regimental de 20 minutos.

A senhora tem a palavra.

A SRA. PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA - Olá, boa tarde a todos.



Quero cumprimentar o Deputado Sandro Alex e demais membros da Mesa; a Deputada Luiza Erundina e demais presentes.

Eu vou falar rapidamente sobre o que o Ministério tem feito em relação ao cronograma de transição da TV analógica para a digital.

(Segue-se exibição de imagens.)

A apresentação está organizada desta forma: inicialmente, eu vou falar sobre o que a gente já conversou um pouco na outra audiência pública — diretrizes para a cobertura, como a gente está fazendo a canalização, o remanejamento de canais. Em seguida, vou falar um pouco mais sobre recepção e, por fim, vou falar sobre o que a gente pretende fazer em relação à comunicação do desligamento.

A respeito de canalização/replanejamento, a gente falou, na audiência passada, sobre essa portaria que o Ministério publicou, em fevereiro, que estabelece as diretrizes para o replanejamento de canais, para fazer a mudança dos canais que estão em VHF para caberem no desligamento, na faixa de 14 a 51, e os canais que estão entre 52 a 69, que hoje compõem a faixa de 700 mega-hertz, que também vão ficar na faixa de UHF, entre os canais 14 ao 51.

Em relação à banda larga, a gente fala basicamente da harmonização, tanto regional quanto internacional, levando-se em consideração a existência de regiões de fronteiras e o aproveitamento de ganhos de escalas. Ou seja, se a gente utiliza a mesma faixa usada no restante do mundo, fica muito mais fácil a comunicação, a padronização, fica muito mais fácil você poder conversar com outros países utilizando o mesmo aparelho.

Sobre a radiodifusão, o que a gente vê de importante é a garantia da proteção do serviço de televisão e retransmissão, ou seja, a manutenção da mesma cobertura e a garantia de que todo mundo que já tenha outorga — a gente tem frisado bastante isso — vai ter um canal, vai ter a mesma cobertura e vai poder transmitir essa mesma cobertura em canal digital. Há também a observância da necessidade de eventual disponibilização em outra faixa de radiofrequência adequada aos serviços de TV e RTV e os canais necessários para sua prestação, etc. Não vou ficar lendo porque é basicamente o que está na portaria. Estou destacando somente o que a gente entende que é relevante.



Em relação à canalização, a gente já falou sobre isso também na outra audiência, andou mais um pouquinho e avançou na reunião de Santa Catarina — não foi, Marconi? A ideia — e aí eu acho que você vai falar mais tarde — é publicar logo as reuniões das quais a gente já tenha estudos prontos, publicar logo as consultas públicas. Esse é o *status* de andamento do replanejamento de canais.

O que a gente quer com isso? A gente pretende, com essas reuniões, otimizar o uso do espectro, determinar o custo. Ou seja, saber quais são os canais que vão ser desligados tanto na faixa acima quanto na faixa abaixo, para poder caber todo mundo. Para eu deslocar essas pessoas, que custo vai ter? Que custo vai ter quem eu estou tirando da faixa de 700 mega-hertz?

Essas reuniões servem para isso também, porque eu vou determinar quem está lá em cima e quem vai descer, sempre buscando colocar os canais — a localização das torres já é um aspecto mais técnico — em locais onde as redes possam conviver melhor. Assim teremos uma otimização do espectro, com reuso de canal quando for necessário — que é quando a gente pega um mesmo canal e o disponibiliza para a mesma entidade, quando necessário, porque aí ela não precisa de um outro canal. Eu posso disponibilizar esse canal para outra entidade. Enfim, são aspectos mais técnicos do replanejamento.

O que eu acho importante desse *slide* é a informação de que a licitação só ocorrerá depois de: concluído o replanejamento — que seria a primeira coisa, conforme a gente mostrou antes; definidas as medidas de mitigação dos problemas de interferência — que é a questão da interferência da banda larga móvel na faixa de 4G com a televisão; definidas as metas de implantação — ou seja, quem ganhar a licitação vai ter que se instalar primeiro onde? Que cidade vai ser primeiramente atingida? Serão as grandes cidades, serão as pequenas cidades? Nessas cidades, há como eu deslocar as pessoas sem ter que fazer um desligamento inicial? Eu posso postergar isso mais para a frente?

Tudo isso depende do que a gente falou antes: do replanejamento e, havendo interferência, da certeza de quais as medidas a gente vai adotar, para, então, poder chegar a um cronograma também de desligamento. O cronograma, é claro, independe das medidas de mitigação, mas ele é função tanto do replanejamento quanto das metas de implantação.



Então, por mais que a gente tenha um estudo hoje sabendo as cidades...

Se a gente pegar o sistema do Ministério hoje, a gente vai saber quais cidades estão na faixa de 700 mega-hertz e que canais são esses que a gente vai ter que descer. Mas quem a gente vai ter que descer antes? Quem a gente vai ter que descer depois? Quando a gente for descer um canal...

Vamos pegar um exemplo: se eu fosse desligar hoje primeiro São Paulo — é só um exemplo, gosto de frisar isso —, quantos canais eu teria que descer? Daria para descer todo mundo e conviver todo mundo entre o 14 e o 51 sem permanecer nas faixas de cima? Se desse para fazer isso, eu não precisaria desligar São Paulo. Eu poderia, dentro de um cronograma discutido com a radiodifusão, fazer isso mais para frente, se a gente achasse interessante.

Então, para o Ministério poder divulgar um cronograma, a gente precisa da conclusão do replanejamento e das metas de implantação, porque senão é não fazer adequadamente, é fazer sem uma certeza. Então, isso é extremamente importante.

A segunda pergunta feita para essa apresentação foi: qual é a destinação dos canais devolvidos? Bom, primeiro a gente só vai destinar em localidades que houver canal para ser devolvido. São Paulo, por exemplo, a gente sabe que provavelmente não haverá canal a ser devolvido. Mas, se eu pegar uma cidade pequena, como Xique-Xique de Igatu, na Bahia — eu conheço, sei que é uma cidade pequena —, eu sei que haverá canal sobrando depois do desligamento, ou até antes. Então, esses canais têm quatro caminhos: ou a gente pode licitar, se quisermos colocar uma televisão, uma geradora, ou a gente pode fazer um processo simplificado, que a gente chama de aviso de habilitação, que é quando o canal não tem valor.

Então, para televisão educativa e para retransmissão de televisão, a gente não cobra um valor para outorgar, por isso a gente faz um processo simples que a gente chama de aviso de habilitação. Ou a gente pode outorgar para o *Canal da Cidadania*, ou para um daqueles outros canais existentes no Decreto 5.820, de 2006: Canal do Poder Executivo, Canal de Educação, Canal de Cultura, ou pode ser consignado para uma tevê pública: *TV Câmara*, EBC, *TV Senado*. Então, esses são caminhos possíveis para destinação dos canais.



Eu queria frisar que todo concessionário, ou seja, toda empresa de televisão tem um contrato assinado com o Ministério. Quando a gente faz a mudança da tecnologia analógica para a digital, a gente faz um aditivo a esse contrato dizendo que está mudando a tecnologia. Está escrito lá que, quando ele desligar, ele tem de devolver o canal à União. Então, é para ficar claro que os canais vão ser devolvidos à União e que os caminhos possíveis são esses.

Interessante falar também que essas possibilidades dependem de várias coisas: se a gente quer aumentar a expansão do serviço, regionalizando-o; se a gente vai levar em consideração, como fizemos para a TV pública, a demanda que existe no Ministério. Então, que caminho a gente quer fazer. A gente ouve a sociedade e vê também o que o Ministério quer fazer como política pública.

Ainda com relação ao cronograma. Eu acho que todos vocês lembram, esse era um cronograma inicial, foi feito em 2006 e tinha a duração de 10 anos. Ele obriga o radiodifusor a fazer a transmissão ao mesmo tempo em analógico e digital. Então, para todo mundo que funciona em analógico há um par que vai funcionar em digital. Ele obriga a mesma cobertura, obriga, como está neste gráfico aqui, que o desligamento ocorra de uma vez só, em 30 de junho de 2016. Ou seja, a gente desligaria o Brasil inteiro de uma vez só nesta data. Ele diz que, a partir de 1º de julho de 2016, todos os radiodifusores devolveriam o canal para a União, que é que está escrito aqui e está no decreto.

A gente achou, conhecendo a experiência de outros países, que seria, digamos assim, receoso fazer o desligamento de uma só vez, desligar o Brasil inteiro. Os países que a gente visitou para conhecer a experiência internacional, Estados Unidos e Japão, não fizeram assim. Todos eles fizeram desligamento com base em um teste piloto, para fazer a experiência de tudo aquilo que vai ocorrer num desligamento de fato. Então, a gente pensou em quê? Bom, é importante primeiro fazer um piloto e segundo fazer esse desligamento escalonado, que é o que a gente está propondo aqui.

Esse decreto é de 2013, existia um prazo de concessão de televisão em analógico, que era de 30 de junho de 2016, também falei isso na outra audiência. A gente alterou isso para 31 de agosto.



Aqui eu marquei em vermelho para vocês verem as principais alterações. Então, a gente garante o *simulcast*, mas, quando não é possível — em São Paulo, por exemplo, não é possível —, a gente abre a possibilidade de digitalizar no mesmo canal. Ele funciona em analógico, e na data do desligamento vira digital. Mantém a mesma cobertura, a gente abre um período de transição, ao mesmo tempo antecipando por uma definição de política pública de licitar faixa de 700 para 2015, e estende isso até 2018, porque a gente sabe que o esforço de investimento dos radiodifusores no início é menor e atinge uma população maior. E, à medida que você vai aumentando o alcance e a cobertura da TV no Brasil, você tem que digitalizar mais retransmissoras, ou seja, seu custo é maior para uma população menor que você atinge com menos retorno em termos de mercado publicitário, de veiculação.

A data limite de tevê a gente mudou para 31 de agosto, então, o que estava em andamento foi revogado, foi publicado. Para a data limite de outorga de retransmissão não havia previsão. Eu lembro que, quando cheguei ao Ministério, em 2011, as pessoas me perguntavam assim: *“Mas, se eu ganhar uma retransmissora analógica agora, e você for desligar mesmo em 30 de junho de 2016, eu vou perder meu investimento?”* Eu disse *“Vai, é uma opção sua. Eu posso te dar outorga só em digital”*. Então, o que a gente estabeleceu? Três anos antes do desligamento, a gente não vai dar mais outorga em digital para aquelas cidades. É um processo de transição, obviamente a gente entende que não terá a mesma cobertura da analógica, porque há a base de recepção que ainda não está 100% constituída, mas faz parte da transição dos sistemas.

Então, a gente teria um desligamento voluntário, ou seja, quem quiser pode pedir, a gente faz a alteração do canal no plano, ele vira digital e não precisa mais fazer o *simulcasting*. Teria uma fase obrigatória entre 2015 e 2018, que são as cidades para licitação da faixa. Em 2018 seria o prazo final, e os pequenos a gente deixaria para 2018 também.

O que a gente leva em consideração para construir esse cronograma? A gente leva em conta o perfil da população. Há uma questão de logística, eu não vou poder ter pessoas do Ministério e da ANATEL em todos os lugares ao mesmo tempo. Então, a gente tenta equilibrar o perfil da população, o percentual de famílias



no Cadastro Único, qual é o Índice de Desenvolvimento Humano — IDH, qual é o índice potencial de consumo, qual é o PIB *per capita*, junto com o que avançou de transmissão, o que avançou de recepção e o que vai ser obrigação da licitação da faixa de 700. É esse equilíbrio dinâmico que a gente está procurando construir para o cronograma de desligamento.

Falo aqui também da importância do piloto para a gente mapear e mitigar as dificuldades. Aqui está repetido tudo o que a gente vai fazer para o desligamento, ou seja, cobertura, recepção, comunicação, atendimento ao usuário, monitoramento disso tudo, está tudo aqui. E aqui o que o Ministro fala, e eu anotei para repetir, porque é o que a gente defende e no que acredita: *“O sinal analógico só vai ser desligado quando for assegurada a toda a população a capacidade de recepção de sinal digital”*. A gente falou da parte de cobertura, da garantia para os radiodifusores, e aqui a gente está falando da garantia para a população. Não haverá desligamento se a gente não tiver 100% de certeza de que a população vai receber o sinal digital.

Em relação à interferência, acho que vou deixar para o Marconi falar um pouquinho mais, talvez ele fale mais do que eu. Aqui a Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL faz os estudos, e a gente faz o acompanhamento desses estudos, que estão disponíveis para todos os interessados: radiodifusores, indústrias, etc. O que o Ministério quer é uma política pública embasada por estudos técnicos e com medidas regulatórias para garantir a continuidade de serviços de radiodifusão sem interferências.

Isso sobre a parte de recepção é um acompanhamento da evolução da quantidade de televisões no Brasil. Esses dados são da Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA. Esse número não é acumulado, é anualizado. Se a gente somar os números de 2011 a 2013, a gente tem aí quase 50 milhões de televisores. Se a gente computar 2014, vão dar quase 60 milhões. A expectativa da indústria é vender mais com a Copa e com as Olimpíadas. E, a partir de 2011, na produção desses televisores, já existe a obrigatoriedade, estipulada pelo Ministério, em parceria com o MDIC — Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e com o MCTI — Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação de que todo televisor de tela fina, de tela plana tenha o receptor digital embutido. Então, todo



mundo que comprou televisão depois dessa data já está apto para receber o sinal digital.

Além disso, para acompanhar esses esforços, o que a gente está fazendo para estimular a recepção? No que diz respeito ao que falei da TV de tela fina, a partir de 2011, via Processo Produtivo Básico, que é o PPB, tem um estudo do Tela Viva que aponta que 69% dos consumidores brasileiros trocaram de TV. O número de TVs de tela fina passou de 30% para 80%. E o número de TV de tubo caiu. A gente considera que a capacidade de produção na indústria é de mais de 10 milhões de televisores em 6 meses. Ou seja, se houver uma demanda, se a indústria sentir que o mercado tem demanda, eles têm capacidade instalada para produzir até 20 milhões de televisores. Se a gente levar em consideração que a média de substituição de televisores por ano é de 10 milhões, 15 milhões, e, ao mesmo tempo, levar em consideração o tempo que a gente leva para fazer o desligamento, pegando o número de domicílios brasileiros e multiplicando-o por 1,5 — que é uma conta aproximada que a gente faz —, a gente já vai ter uma grande parcela da população coberta com recepção digital.

O que vai faltar ao final, como a gente sabe? Havendo estímulo, quem tiver poder aquisitivo compra. Não havendo estímulo, a gente tem que estimular, e é isso que vou falar daqui para frente.

No acompanhamento disso, a gente fez uma parceria com o IBGE e com a Secretaria de Comunicação da Presidência para verificar a penetração dos televisores no Brasil. A gente também está fazendo, via UNESCO, um mapeamento de como a gente vai acompanhar essa recepção mais *pari passu*, ou seja, mais no dia a dia. A gente está contratando uma pesquisa, provavelmente até o final do ano, para fazer isso. E se deve fazer isso em parceria com algum órgão público, para ter um acompanhamento mais próximo da recepção. E, para a família de baixa renda, a gente tem 4 modelos que podemos adotar. Os países que a gente estudou adotaram modelos ou combinados com um deles, que seriam subsídio em crédito, ou seja, dá-se uma opção via crédito. Por exemplo, o Programa Minha Casa Melhor, que é ligado ao Minha Casa, Minha Vida, refere-se àquele crédito para eletroeletrônicos que o Governo Federal faz. Então, já existe um subsídio da Caixa Econômica que possibilita que se financie, em bastante tempo, com custo pequeno, com juros



pequenos, e a Caixa assume a inadimplência disso. Esse já é um estímulo que a gente faz.

Existe também o subsídio à produção, que é o *setup box* de baixo custo, uma possibilidade também. Existe a possibilidade de distribuir um cupom, como foi feito nos Estados Unidos. A pessoa que recebe esse cupom pode escolher ou comprar um *setup box* de baixo custo ou uma televisão e ela financiar o resto, por exemplo. Essa pode ser uma opção também. E tem a distribuição de receptor. O México, por exemplo, distribuiu receptores; o Japão, em alguns lugares, fez isso também.

Em relação à comunicação, a gente listou basicamente os *stakeholders*, ou seja, as pessoas que têm condições de ajudar a gente e que são afetadas pelo desligamento. E, aí, envolve telespectador, radiodifusor, varejo, associações, sindicatos, indústrias, imprensa. E o Governo trabalha com o Fórum de TV Digital. Eu queria dizer a vocês que o Fórum tem sido nosso parceiro; o Fórum envolve indústrias, radiodifusores, academia — para quem quiser participar —, e tem sido nosso parceiro nessa discussão.

Para o usuário, especificamente, eu deixei uma amostra aqui do que a gente imagina fazer, a título de exemplo. A gente pode trabalhar com informações na própria programação, pode fazer propaganda, pode fazer experimentação e eventos com *stands*, pode fazer ponto de venda e pode fazer a experimentação também.

Acho que é basicamente isso. O que eu tinha para dizer é o seguinte. A gente tem um plano, um desligamento pronto, mas, para a gente apresentá-lo, precisamos de replanejamento para definição de custos a fim de que possamos apresentar isso a vocês.

Se eu tiver oportunidade depois, Sandro, quando terminar, gostaria de mostrar o trabalho que o Fórum de TV Digital fez. É um trabalho que permite acompanhar todo o desligamento da televisão. Ele tem os transmissores, onde já tem sinal digital, onde não tem. Tem o IPC. Se você me permitir, eu posso mostrar isso depois.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Sra. Patrícia Ávila.



Passo a palavra ao Sr. Marconi Thomaz de Souza Maya, da ANATEL, para sua exposição, pelo tempo regimental de 20 minutos.

V.Sa. tem a palavra.

O SR. MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA - Muito obrigado, Deputado Sandro Alex, que cumprimento, assim como os demais companheiros de Mesa. À Deputada Luiza Erundina sempre os meus respeitos.

Nessa questão do cronograma, a Secretária Patrícia tem colocado sempre que a ANATEL tem um papel fundamental neste momento, que é definir a questão do replanejamento.

Então, vamos ver quais são os passos que a ANATEL segue para poder alcançar esse objetivo, que é dar a condição ao poder público de ter esses elementos todos para que decida o cronograma de desligamento da televisão analógica no Brasil. Basicamente, vamos falar um pouco de políticas públicas; das responsabilidades da ANATEL para poder contextualizar sua ação; das ações realizadas e em andamento, até o momento, para que a gente dê consequência a essa cobrança que tem sido feita, e que é obrigação da ANATEL se desincumbir dela; e das considerações finais.

Com relação às políticas públicas setoriais, temos dois decretos que tratam do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, o de nº 5.820, que coloca por um período de 10 anos — a Secretária Patrícia já colocou isso aí —, e depois vem o de nº 8.061, que altera esse primeiro, Decreto nº 5.820, e dá um cronograma de transição a ser definido pelo Ministério das Comunicações. Ele já é claro ao dizer que quem define o cronograma de desligamento é o Ministério das Comunicações. E, desse cronograma, só foi estabelecido no decreto o princípio e o fim do desligamento. Então, o início é 1º de janeiro de 2015 e o final, em 31 de dezembro de 2018. Muito bem, aquilo que era previsto para 10 anos, que seria num ponto único, dia 29 de junho de 2016, passou a ter 3 anos de duração esse desligamento, que faz todo o sentido por conta da indústria, essa coisa toda que a Secretária Patrícia já colocou aqui.

Tem também o decreto que cria o PNBL — Programa Nacional de Banda Larga e tem uma série de obrigações, uma série de objetivos que pretende atender para a implementação dessa facilidade que a nossa sociedade tanto precisa.



Entendemos que precisamos dar condição para que a sociedade tenha acesso à banda larga, para a gente não criar dividendos digitais ou excluídos digitais.

Integrando as duas políticas públicas, a de implantação de televisão digital e a implantação da banda larga, o Ministério das Comunicações exarou a Portaria nº 14, que a Secretaria Patrícia também andou falando aqui, abordando aspectos dela também. Então, qual é o objetivo do Ministério das Comunicações com essa Portaria nº 14, de 2 de junho de 2013? Acelerar o acesso à televisão digital, ou seja, acelerar esse processo, tanto que puxou de 2016 um pouco para 2015 e a larga para 2018, mas aí já com o aspecto de não sobrecarregar demais a capacidade produtiva do País tanto para os transmissores quanto para os receptores. E é a ampliação da disponibilidade de espectro de frequências. Ou seja, à medida que eu coloco a televisão digital funcionando — e a gente vai ver à frente que há um aproveitamento melhor do espectro quando se digitaliza —, sobra então o espectro, que pode ser utilizado para esses outros serviços, que, no caso de que a gente está falando, é o serviço de banda larga, o serviço de comunicação de dados popularmente chamado de “banda larga”.

E quais são as responsabilidades da ANATEL, então, nesse processo? Eu vou me ater só aos pontos principais.

A LGT — Lei Geral de Telecomunicações diz que a ANATEL vai regular as telecomunicações nos termos das políticas estabelecidas pelos Poderes Executivo e Legislativo. Ou seja, a gente vai regular as telecomunicações, em nome da União, segundo essas políticas. E eu falava agora de duas políticas que estão colocadas: a de banda larga e a de televisão digital.

O art. 19 diz que a gente vai administrar o espectro de radiofrequências — é responsabilidade nossa — e editar atos de outorga e extinção do direito de uso de radiofrequência e de órbita, fiscalizando e aplicando sanções.

Essas são competências legais, inseridas na Lei Geral de Telecomunicações, que são comandadas para a ANATEL.

Ainda da LGT, o art. 158 diz como a gente vai trabalhar o aspecto de radiofrequência. A gente tem que manter um plano com a atribuição, a distribuição e a destinação de radiofrequências. Anualmente, a ANATEL atualiza esse plano de frequências. Ele diz para quem ela destina, atribui ou distribui essas



radiofrequências. Isso anualmente a ANATEL faz. No § 1º estão todos os serviços, ou seja, os serviços prestados em regime público e em regime privado, que são regulados pela própria LGT, e os serviços de radiodifusão.

Então, todo o espectro, para qualquer que seja a utilização, é administrado pela ANATEL, segundo a Lei Geral de Telecomunicações.

Muito bem. Vou falar agora das atribuições específicas. Com relação ao PNBL — Programa Nacional de Banda Larga, eu trouxe esse aspecto do inciso V do art. 6º do Decreto nº 7.175, que cria o PNBL, ou seja, o aspecto da radiofrequência. Quer dizer, o PNBL não prevê serviços de telecomunicações só por cabo, mas também inclui a possibilidade de uso da radiofrequência.

Ainda sobre as atribuições específicas, vou falar de algo que é mais específico do que o que de mais específico pode existir: a faixa de 698 mega-hertz a 806 mega-hertz. Eu até me permito ler o art. 2º do decreto: *“Determinar que a Agência Nacional de Telecomunicações (...) inicie os procedimentos administrativos para a verificação da viabilidade da atribuição, destinação e distribuição da Faixa de 698 MHz a 806 MHz para atendimento dos objetivos do PNBL”*. Ou seja, há uma vinculação, então, das duas políticas públicas, mais claramente definida nesse art. 2º do decreto que cria o PNBL.

Ainda em relação às atribuições específicas, o art. 2º, inciso I, diz que a gente vai observar a necessidade de eventual distribuição para outra faixa. Era o que a Secretária Patrícia estava falando: se a gente vai utilizar a faixa de 700, quem está lá? Onde a gente vai colocar? E o que a gente vai ver é que está colocando tudo entre o canal 14 e o 51. Eu estou repetindo o que a Secretária Patrícia colocou para nós.

E o inciso II prevê a garantia da proteção do serviço de radiodifusão de sons e imagens. Quer dizer, o serviço que está na faixa, hoje, é o serviço de radiodifusão. Isso é prática nas telecomunicações. Um novo entrante tem que garantir a proteção de quem ali está estabelecido já há longas datas. Então, esta é a função da ANATEL: encontrar um canal, garantir a cobertura que o canal analógico já dá hoje, com a limpeza necessária, com a não interferência, para que não haja prejuízo para os telespectadores na utilização e na fruição do serviço de radiodifusão.



Muito bem. O inciso III prevê a garantia da manutenção da cobertura atual — disso eu já falei agora há pouco —, e o inciso IV estabelece que se deve considerar a harmonização regional e internacional. Se a União Internacional de Telecomunicações, a UIT, comanda, dá as bases mundiais para o uso do espectro de frequência, no âmbito das Américas, nós temos a CITELE — Comissão Interamericana de Telecomunicações, que também nos orienta sobre o que fazer para a nossa região, a fim de que haja harmonia, seja mais fácil a convivência do serviço — e era dessa migração que a Secretária Patrícia falava — e haja a diminuição dos custos em razão do ganho de escala obtido com o uso harmônico do espectro.

Muito bem. Quais são as ações realizadas pela ANATEL e as ações em andamento? Aprovação da Consulta Pública nº 12, de 2013. Essa Consulta Pública propõe um regulamento sobre as condições de uso de radiofrequências. Ali a gente tem alguns dos principais aspectos. Ela ficou aberta até 5 de maio de 2013 e recebeu quinhentas e poucas contribuições. O que ela propunha eram estas questões: trazer os canais de 52 a 69 para 14 a 51; destinar para SMP — Serviço Móvel Pessoal, STFC — Serviço Telefônico Fixo Comutado e SCM — Serviço de Comunicação Multimídia, em caráter primário, e para SLP — Serviço Limitado Privado, em caráter secundário. Então, esses quatro serviços passariam a ter destinação segundo essa proposta de consulta pública, adotando o arranjo asiático, o APT, de que a gente vai falar logo mais. E aqui embaixo se vê que a prestadora interessada em comprar o espectro vai ter que assumir os custos da redistribuição, vai ter que liberar esse espectro em função da vinda do novo entrante.

Esse regulamento foi submetido à apreciação do Conselho Diretor. E havia uma proposta, Deputado Sandro Alex, de votação no dia 17. Em razão da última reunião que a gente teve aqui, a Comissão teve a oportunidade de ter uma audiência com o Sr. Ministro de Estado e com o Presidente da Agência. Em decorrência dessas injunções da Casa, houve-se por bem não votá-lo naquela época, postergar sua votação, até para a melhor discussão de seus aspectos, do que significava para aquele momento e das consequências de sua votação. Então, deu-se um tempo. E foi bem-sucedida a injunção da Casa junto ao Sr. Ministro de Estado e ao Presidente João Rezende.



Muito bem. Em relação aos arranjos de frequência, como eu dizia, a UIT tem uma recomendação, a UIT-R M.1036-4, que determina três arranjos disponíveis para a utilização desse espectro: o Arranjo A4, da americana FCC; o Arranjo A5, asiático, da APT, a Asia-Pacific; e o Arranjo TDD, europeu.

A CITEEL, a nossa Comissão Interamericana, recomenda que a gente use ou a opção FCC, a norte-americana, ou a APT, a asiática. Aqui no Brasil a gente fez um grupo de estudos e chegou à conclusão de que o melhor, o que mais provê espectro útil para utilização para as telecomunicações é o arranjo asiático, porque a gente gasta menos com banda de guarda, os ajustes são melhores e sobra espectro útil em maior quantidade para utilização para as telecomunicações, inclusive para a radiodifusão.

Muito bem. Aqui eu apresento a distribuição dos canais, mais uma vez, para que as pessoas tenham uma noção: as barrinhas vermelhas são os canais analógicos e as azuis são os canais digitais. Onde está a distribuição? Vejam que a partir do canal 52 até o canal 67 — ali a gente mostra só até o 67 —, a gente tem muito mais canais digitais do que canais analógicos, mas a gente tem alguns canais analógicos, sim, de que precisa tratar.

Aqui na faixa de 700 mega-hertz, ou seja, do canal 52 até o canal 68, eu tenho essas quantidades de canais: a barrinha mais clara representa os canais vagos por motivo de outorga pelo Ministério das Comunicações; a barrinha vermelha abrange os canais analógicos que estão funcionando; e a barrinha azul compreende os canais digitais ali presentes. E esses canais todos, sem exceção, eu preciso tirar daqui, levar para a faixa abaixo do 51, para que essa faixa fique livre de qualquer utilização para ser destinada para outro serviço.

Ainda com relação ao replanejamento, o que a gente está fazendo neste momento? E a Secretária Patrícia disse que depende desse replanejamento. A primeira coisa: a gente teve que acudir os canais secundários, que até então a gente não levava em consideração para o replanejamento. São canais que não têm direito a proteção e não podem interferir em outros, ou seja, se forem interferidos, não podem reclamar, se interferirem, têm que interromper. Então, eles não eram considerados no nosso planejamento de televisão digital, eram considerados canais livres para utilização. Aí, de acordo com política do Ministério das Comunicações,



disse o Sr. Ministro de Estado: “*Não vamos apagar ninguém. Todos têm o direito de ter um lugar ao sol*”. Então, o que a gente está fazendo? Mais 4.580 canais. A gente viu os números do eslaide anterior: a gente chegou a um total de 6.671 canais digitais identificados. Com a inclusão dos canais secundários, são mais 4.580 canais, exatamente neste momento de replanejamento.

Ali está o número da portaria que dá esse comando. O Decreto nº 5.820, de 2006, determina que seja consignado pelo Ministério das Comunicações, no plano de TV digital, pelo menos um canal de 6 mega-hertz para a exploração direta pela União: canal do Poder Executivo, canal de educação, canal de cultura e o *Canal da Cidadania*.

Quanto à regulamentação do *Canal da Cidadania*, a Portaria nº 189, de 2010, diz que ele vai ser disponibilizado para cada Município, a menos que haja impossibilidade técnica. Ou seja, tem que haver o *Canal da Cidadania* em todos os Municípios em que isso for tecnicamente viável.

Ainda com relação ao replanejamento, até para facilitar a vida da gente para fazer esse replanejamento, foram excluídos do Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital os canais analógicos que não estavam em processo de licitação, de outorga, ou seja, que estavam livres e vagos. Como não vai haver mais nenhuma outorga de canal analógico, a gente excluiu do Plano 4.301 canais na Consulta Pública nº 8, de 2013.

A definição da demanda a ser pareada é feita a partir de novas outorgas — porque pode acontecer de o Ministério outorgar um novo canal; eu preciso, então, encontrar um par digital para ele —, dos canais secundários, de que já falei anteriormente, e dos canais públicos.

A definição do *switch off*, o desligamento da televisão analógica, segundo o Decreto nº 8.061, de 2013, é prerrogativa do Ministério das Comunicações.

E a estimativa de quantos canais serão remanejados é o nosso trabalho no replanejamento. Eu preciso dizer quantos Municípios e quantos canais serão remanejados, preciso dar esses elementos ao Ministério, para que ele possa definir o replanejamento como pretende.

Aqui está o *status* atual do replanejamento. A gente fez 14 reuniões. E essas reuniões são presenciais, contam com a participação da engenharia dos



radiodifusores, de representantes dos radiodifusores — que não são engenheiros, mas são representantes —, da ANATEL e do Ministério das Comunicações, para resolver os aspectos de outorga. Então, estamos todos sentados à mesa fazendo esse replanejamento.

Para a Região Metropolitana de São Paulo e Campinas, para o entorno de Campinas, para a região de influência de Campinas, a gente fez a Consulta Pública nº 35, de 2013. Ela ficou aberta até 22 de setembro, se não me engano. Foram dadas 62 contribuições para essa consulta pública da Região Metropolitana de São Paulo e da região de Campinas.

O que a gente já fechou? Para o Estado do Rio de Janeiro, outras regiões de São Paulo, Distrito Federal, Goiás, Espírito Santo, Paraná, Minas Gerais e agora também Santa Catarina, a gente pretende fazer publicar consultas públicas até o final deste mês de outubro. Aí a gente consolida aquilo que ficou negociado entre todos os interessados, entre todos os envolvidos no replanejamento.

E os impactos seriam: a racionalização do uso do espectro de radiofrequências, é claro — e eu vou mostrar isso aqui, rapidamente; a maior disponibilidade de espectro para atender aos objetivos do PNBL — porque, se eu libero, se eu passo todo mundo para o digital e agrupo todos dentro do espectro, tecnicamente, é lógico, sempre de forma adequada, sobra espectro para a banda larga; e o conhecimento dos custos da transição para o Estado e para os agentes privados. É aquilo de que a Secretária Patrícia estava falando. Quando eu souber que um radiodifusor vai ter que migrar de uma frequência para outra, eu vou saber se isso vai incorrer em algum custo de sistema irradiante, de antena, de transmissor. Se ele tiver que mudar de sítio, se tiver que trocar uma torre, se tiver que mudar para outro ambiente, eu vou saber qual será o custo disso para o poder público. No próprio edital, ele terá elementos para tomar a decisão que mais lhe aprouver.

Os desafios são o tempo para o remanejamento e a coordenação com o *switch off*. Isso é um desafio, mas à ANATEL, especificamente, o que mais interessa são os estudos de compatibilidade com serviços móveis, aquilo que a Secretária Patrícia disse que eu poderia explorar um pouco mais.

A gente está importando equipamentos para montar *setups* em dois sítios. Um sítio certamente será em Santa Rita do Sapucaí. O Instituto Nacional de



Telecomunicações — INATEL é um instituto acadêmico que vai nos ajudar nessa pesquisa e vai fazer lá um *setup* de laboratório e também um *setup* de campo. Ou seja, a gente vai ver na realidade as condições de convivência e identificar possíveis medidas de mitigação dos problemas que aparecerem nessa convivência, na região fronteira entre 698 mega-hertz, primeiro, e 5 mega-hertz, depois, porque é a partir de 703 mega-hertz que começa a funcionar o serviço móvel pessoal.

Outro desafio é o da harmonização com países de fronteira. A gente tem notícias de que a Bolívia, se não me engano, estaria adotando um padrão diferente, um arranjo diferente do padrão asiático. A gente teria um pouco mais de dificuldade naquela fronteira, mas a gente tem que coordenar isso direitinho e, se possível, até trabalhar no sentido de a América do Sul adote o mesmo padrão nosso, porque isso facilita a vida da gente.

Como considerações finais, concluindo mesmo — perdoem-me —, os objetivos. Vejam que há harmonia entre as políticas públicas. Os objetivos das políticas públicas são bem harmônicos. Um deles é a transição para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital, viabilizando também o PNBL. Essa é uma medida a mais, não significa que seja a única. Mas isso faz todo o sentido.

Em relação à ANATEL, o seu papel é o de gerenciar o uso do espectro de radiofrequências, de forma a permitir, ao menor custo possível para o Estado e para os agentes privados, inclusive para consumidores, telespectadores e usuários de telecomunicações, o atendimento dos objetivos das políticas públicas para o setor.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Sr. Marconi Souza.

Agora eu passo a palavra ao Sr. Daniel Pimentel Slaviero.

Pelo tempo de 20 minutos, o senhor tem a palavra.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Muito boa tarde, Deputado Sandro Alex, autor do requerimento de realização desta audiência pública e Presidente desta sessão, Deputada Luiza Erundina, Deputado Miro Teixeira e, por seu intermédio, demais Deputados aqui já nominados.



Nós queremos trazer o ponto de vista da ABERT — Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão em relação a esse assunto que é de extrema importância para todas as emissoras de televisão e, em especial, para a população brasileira, que tem na TV aberta a sua principal fonte de informação, cultura e entretenimento no nosso País.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós sempre começamos com esta apresentação. A ABERT há 51 anos representa o setor de rádio e televisão no País, com mais de 3 mil emissoras de rádio e televisão e 21 associações estaduais.

A síntese da nossa apresentação é esta, Deputado Sandro Alex: até o presente momento, do ponto de vista da ABERT, a condução pelo Governo, seja através do Ministério das Comunicações, que tem liderado esse processo, seja através da Agência Nacional de Telecomunicações, é bastante confortável para o setor de rádio e televisão. Nós entendemos que essa liderança do Governo está atendendo às preocupações das emissoras de televisão, em especial no seguinte quesito: quando você cria um cronograma de ações para o desligamento da TV analógica, o principal foco de atenção, sem dúvida nenhuma, deve ser o telespectador, a população brasileira, que não pode deixar de ter acesso a esse meio de comunicação no ambiente digital. Sabemos que 97% da população tem acesso à televisão aberta e precisamos, para que haja o desligamento, ver cumprida esta promessa, esta política pública que foi ressaltada aqui: onde for desligada, a população precisa ter o mesmo acesso, na mesma quantidade.

Dito que o processo vem sendo bem conduzido até o presente momento, do nosso ponto de vista, há algumas questões que precisam ser ressaltadas. A primeira delas: esse processo de desligamento, como demonstraram a apresentação do Conselheiro Marconi e da Secretária Patrícia, é altamente complexo, porque ele tem inúmeros pré-requisitos. Há inúmeras ações que precisam ser realizadas antes que ele se inicie, e a principal delas é uma questão de governança. Ou seja, é necessário que esse processo de condução seja independente de mudanças governamentais. Ele sairá deste Governo para o próximo, independentemente de qual seja.



E, em relação a esse quesito, nós entendemos que o Fórum do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, por reunir representantes do setor de rádio e televisão, da indústria de recepção, da indústria de transmissão, deve ser amplamente utilizado para a discussão das medidas que deverão ser adotadas.

E também entendemos, como já foi dito, que deve haver um calendário, um cronograma de cidades que representem todas as necessidades de ações, até que haja o desligamento de cidade a cidade.

O nosso principal ponto de preocupação é com a questão da licitação e da liberação da faixa de 700 mega-hertz, que é um assunto diverso da questão do desligamento. É claro que existem interligações — existem conjunturas que unem um ao outro —, mas o principal ponto e a principal mensagem, Deputado Sandro Alex, é a de que nós não podemos submeter o cronograma de desligamento da TV analógica ao interesse pela liberação da faixa de 700 mega-hertz.

Eu daria um exemplo concreto disso: o desligamento tem que partir, basicamente, do mesmo cronograma de ligamento. Ou seja, começou-se por São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, capitais, maiores cidades e depois foi para os pequenos Municípios. E o processo de desligamento, por óbvio, tem que seguir esse mesmo critério. Nós entendemos que desligar cidades do interior com pequena população só porque há canais na faixa de 700 mega-hertz é um erro que deve ser evitado. À medida que você desliga os grandes centros, você ganha em escala para a produção de receptores, e assim por diante.

Então, acho que a primeira grande mensagem aqui é esta: essas duas coisas, apesar das ligações óbvias, têm que ser tratadas como problemas e processos distintos.

Apresentarei uma breve cronologia, embora já tenha sido colocada aqui exaustivamente pela Secretária Patrícia. Aqui lemos a palavra “janeiro”, mas na verdade foi em junho de 2006 que saiu o decreto que determinou a escolha do sistema brasileiro e do cronograma. Depois, em 2007, tiveram início as transmissões digitais na cidade de São Paulo. Ao longo de 2008 e 2009, essas transmissões se estenderam para algumas capitais, grandes centros e assim por diante. E, em julho de 2013, foi editado o Decreto nº 8.061, seguido da Portaria nº 14, aqui já ressaltada várias vezes.



Queríamos dizer, Deputado Miro Teixeira, que esse decreto foi uma das decisões mais corretas e inteligentes do Governo brasileiro, porque ele diluiu o prazo de desligamento. O decreto anterior determinava, como foi colocado aqui, que todo o Brasil fizesse o desligamento no final de junho de 2016. E as experiências internacionais demonstram que essa decisão prejudica a população, porque há níveis diferentes de penetração da televisão digital entre grandes cidades e cidades do interior, por exemplo, do Estado do Pará ou da Região Norte do País.

Então, queríamos ressaltar mais uma vez, Patrícia, que a decisão de diluir esse processo foi correta, do ponto de vista das emissoras de televisão e, especialmente, da população.

Agora, quais são os próximos passos que nós entendemos ser importantes? Primeiro: que seja publicado o cronograma das cidades em que se farão os desligamentos, para que a população e as emissoras possam se preparar e para que a indústria, como a de produção de aparelhos televisores e, especialmente, a de produção dos receptores, adote medidas para estar com a sua capacidade plena.

Dentro desse cronograma, esperamos que haja a definição de uma ou duas cidades, para que, num futuro próximo, sirvam de projeto-piloto. Precisamos saber como isso se dará na prática, qual será a quantidade de reclamações, como vai funcionar, Deputado Sandro Alex. Isso será de fundamental importância, antes que entremos nos grandes centros.

O segundo item, como já mencionei, é uma questão muito relacionada com a indústria, ou seja, com a capacidade de produção dos receptores, e também com a distribuição para a população de baixa renda. A Secretária Patrícia, em sua apresentação, disse que estão sendo pensadas e discutidas algumas saídas, mas, certamente, a população de baixa renda precisará de um subsídio e de uma política pública muito forte do Governo para não ficar sem acesso à televisão.

O terceiro ponto é o financiamento. Nós entendemos que o financiamento deve ser, eminentemente, para as Prefeituras, que são hoje responsáveis por quase 40% da retransmissão dos sinais de televisão digital no País. As estimativas, os números mostram que existe algo ao redor de 10.500 retransmissoras de televisão, e, com os nossos dados, estimamos que quase 4 mil estão nas mãos de Prefeituras. Sabemos das condições econômicas das Prefeituras desses Municípios, Deputado



— e as do interior do nosso Estado nós sabemos como vivem —, mas essas Prefeituras detêm, hoje, não só a torre e o transmissor, mas também o sinal de todas as emissoras disponíveis para aquela população. E elas precisam de uma política pública. Isso vai ser subsidiado pelas empresas telefônicas que entrarão na faixa dos 700 mega-hertz ou isso será alvo de uma ação governamental específica para esses pequenos Municípios?

O quarto ponto, que também já foi colocado aqui, é um plano maciço de comunicação. Obviamente, nós, através dos nossos canais de comunicação, das emissoras, daremos amplo apoio a essa questão, mas um volume de campanhas, por parte do poder público, uma central de atendimentos para esclarecer as dúvidas da população e outras medidas serão necessárias para dar conhecimento à população das determinadas cidades em que esse desligamento ocorrerá.

Por último, como também foi colocado aqui, cito essa questão da governança, para que não haja qualquer solução de continuidade, seja qual for o Ministro que estiver na liderança da Pasta, seja qual for o Presidente da República, pois isso é um processo de vários anos.

Já foi colocado aqui que a renovação do parque de receptores está na faixa de 15 milhões de aparelhos de TV por ano. Então, segundo a ELETROS, Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, já renovamos cerca de 110 milhões de aparelhos de televisão.

Essa decisão no sentido de que todos os aparelhos saiam de fábrica com receptor embutido, que foi uma medida tomada em conjunto entre o Ministério das Comunicações e o MDIC, também foi correta, no nosso entender, porque visa a, até o final de 2018, no máximo 2019, que todo esse parque já contenha a tecnologia para a recepção da televisão digital.

Para concluir, quero dizer que estamos diante do grande momento da televisão brasileira no País. Ou seja, depois do início das transmissões, em 1950, e do início das transmissões em TV em cores, em 1972, certamente a transição do sistema analógico para o digital é o terceiro grande movimento da televisão aberta no País. E isso requer um esforço conjunto e todo o cuidado para que as políticas públicas visem a garantir que o principal interessado nesse processo, ou seja, 97%



da população que hoje tem acesso à televisão analógica, também não fique sem acesso à televisão digital.

Muito obrigado, Deputado Sandro Alex.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Sr. Daniel Pimentel Slaviero.

Agora nós vamos ouvir, pelo tempo regimental de 20 minutos, o Sr. Flávio Lara Resende, representando a Associação Brasileira de Radiodifusores — ABRA.

O SR. FLÁVIO LARA RESENDE - Boa tarde, Deputado Sandro Alex, a quem saúdo como Presidente da Mesa e autor do requerimento que tornou possível esta audiência pública para discutir algo muito importante para os brasileiros.

Deputadas Luiza Erundina, Iara Bernardi e Margarida Salomão e Deputado Miro Teixeira, a TV aberta e gratuita é o principal meio de comunicação que atinge a grande maioria dos brasileiros. Por causa disso — e vou ser bastante breve no que vou dizer —, a ABRA considera fundamental garantir a televisão aberta e digital a todos os brasileiros.

Falarei a seguir do posicionamento da radiodifusão sobre o *switch off* da televisão analógica.

(Segue-se exibição de imagens.)

A premissa básica, na nossa opinião, é a seguinte: o desligamento da TV analógica não pode privar a população de ver TV.

Para ela ser desligada, em qualquer cidade, será necessário que as estações de TV existentes estejam todas transmitindo em TV digital; que a população esteja a par da transição; e que esteja ela comprovadamente equipada para ver a TV digital.

Quanto ao cronograma do Ministério das Comunicações, fazemos aqui um elogio à Pasta, que teve a sensibilidade de modificá-lo.

Ações a serem efetuadas.

Definir todos os canais digitais e aprovar os projetos para atender às geradoras e às retransmissoras de TV.

Um ponto fundamental que a ABRA e as suas associadas consideram, devido ao alto custo dessa migração e do investimento que tem que ser feito para a TV digital, é a viabilização de financiamento para garantir que todas as emissoras



tenham acesso a recursos para digitalizar suas estações — se possível, recursos do BNDES. Esse é um pleito que já fazemos há algum tempo.

Também esperamos conseguir que o Ministério do Meio Ambiente determine facilidades para instalação em áreas sob sua atuação. É um enorme problema que nós temos tido nas nossas emissoras afiliadas, sejam elas geradoras ou retransmissoras.

É preciso viabilizar subsídio à população — isso é fundamental — para garantir o acesso de todos a televisores e receptores digitais. Como serão repassados os subsídios à população e quem terá direito a ele? Esse é um problema que o Governo precisa avaliar com bastante cuidado e definir como pode ser feito, porque isso é fundamental. Senão, não vamos atingir toda a população brasileira.

Promover campanhas sobre o *switch off*. Isso também é fundamental para que a população esteja informada.

Realizar o *switch off*, em cada cidade, somente após termos certeza de que 100% da população tem acesso à TV digital.

Garantir que as operações de 4G/LTE não impeçam a população de ver TV aberta (por interferência nos receptores de TV).

Instalar e manter um sistema de *call center* para esclarecimentos e orientação da população durante o tempo de desligamento. Isso é fundamental para que população esteja informada e atualizada sobre como vai acontecer a transição, como ela vai ser feita e qual será o acesso da população a ela.

Efetuar um projeto piloto em uma determinada cidade — a Secretária Patrícia falou sobre isso inclusive — para testar previamente ações, com riscos e recursos reduzidos, mas incluindo a maior gama possível de desafios do projeto final. Diversos países efetuaram este tipo de piloto.

Isenção de impostos sobre os equipamentos destinados a transmissão e operação da TV digital, neste momento de transição, para que principalmente as pequenas televisões possam fazer esse investimento.

Tamanho do desafio.

Qual é o prazo adequado para o desligamento?

Qual é o número de estações que deverão ser desligadas?



Qual será a população atingida?

Qual é a capacidade de instalação dos técnicos e equipes para atingir os desafios?

Eu deixo aqui essas perguntas. Acho que todos nós precisamos estudar bastante isso para que possamos ter essas respostas objetivas.

Conclusões.

A transição digital é importantíssima e um planejamento adequado de *switch off* é imprescindível.

Um dos pré-requisitos para a expansão da TV digital é a disponibilização de financiamento para acesso às emissoras de TV, conforme eu já disse aqui.

As Prefeituras que possuem canais instalados necessitam de atenção especial (consultoria e financiamento). Isso também é outro ponto fundamental nessa transição.

Essa é a posição da ABRA — Associação Brasileira de Radiodifusores.

Muito obrigado a todos. Muito obrigado, Deputado Sandro Alex.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Sr. Flavio Lara Resende.

Agora nós vamos ouvir a exposição do Sr. André Felipe Seixas, que tem também o tempo regimental de 20 minutos, encerrando aqui as exposições desta audiência pública.

O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE - Muito obrigado, Deputado Sandro Alex e demais Deputados da Casa. Agradeço a oportunidade, em nome da ABRATEL — Associação Brasileira de Rádio e Televisão.

(Segue-se exibição de imagens.)

Antes de falarmos de *switch off*, temos que falar sobre digitalização, e, para isso, nós temos que ter ideia do nosso cenário atual.

O Brasil é um país atípico pela diversidade, pela quantidade de estações, tanto geradoras quanto retransmissoras. Nós temos quase 11 mil estações no Brasil, sendo aproximadamente 520 estações geradoras, 4.555 estações retransmissoras secundárias e 5.915 estações retransmissoras primárias. As secundárias, como o Conselheiro Marconi explicou anteriormente, não têm direito a proteção contra interferências.



Com relação à consignação das geradoras — essa transparência está um pouco desatualizada —, conversei com a Dra. Patrícia, que me informou que o número de geradoras digitalizadas é bastante alto e ultrapassa 90%. Agora, com relação a retransmissoras, essa transparência na época falava em 2.027 — ela foi feita por volta do mês de maio. A Dra. Patrícia me informou ainda há pouco que esse número chega hoje a quase 4 mil estações. Ou seja, em 1 ano e 10 meses, o Ministério consignou quase 4 mil estações, sendo praticamente 2 mil nos últimos 6 meses. A vantagem é que para isso não se precisa de projeto técnico.

Apesar de essa quantidade ser alta, algo que nos preocupa é a consignação das retransmissoras secundárias. É um número muito grande ainda — como nós mostramos anteriormente, são mais de 5 mil estações —, e todas estão amarradas às consultas públicas que a ANATEL ainda pretende fazer.

Com relação ao trabalho de replanejamento que nós estamos fazendo com a ANATEL e com a Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão em todas as emissoras, em cada um dos Estados, já fizemos no Distrito Federal as reuniões de canalização; a consulta pública de São Paulo já foi publicada; e o Ministério está amarrado ao resultado dessa consulta pública para poder efetivar as suas consignações. A expectativa é que nós terminemos esse trabalho até meados de novembro em todo o restante do Brasil. Assim, ficarão pendentes as consultas públicas, que também já estão num ritmo bastante acelerado pela ANATEL.

O nosso foco no *switch off* é totalmente a recepção. Estão envolvidos nesse processo quatro atores: os radiodifusores; o Governo Federal, por meio do Ministério das Comunicações, da ANATEL e do MDIC, entre outros, para fomentar a indústria; a própria indústria, tanto de receptores quanto de *softwares*, e outros desenvolvedores, que deverão trabalhar arduamente para que o quarto ator, a sociedade, possa lograr êxito na recepção do sinal digital. Só assim poderemos realizar o *switch off*.

A Portaria nº 14, de 6 de fevereiro de 2013, do Ministério das Comunicações, deu um pouco de segurança ao radiodifusor com relação à recepção. Ela, apesar de estar presa ao Programa Nacional de Banda Larga, no art. 2º, §1º, II, como o Conselheiro Marconi já disse, garante a proteção do serviço de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão de eventuais interferências da TV digital.



E o art. 2º, §1º, III, determina que a cobertura do sinal digital deve ser igual ou superior à cobertura do sinal analógico atual.

Posteriormente foi publicada outra norma, o Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, que escalonou o *switch off*.

O escalonamento é algo bastante positivo, pois a pressão sobre a indústria é menor e você divide a necessidade de produção industrial. Mas ele também nos preocupa em alguns aspectos.

Por exemplo, algumas cidades vão sofrer apagão em 2015 e em 2016. Então, essas cidades vão estar assistindo à TV digital até o canal 52. Outras continuarão tendo canais digitais e analógicos da faixa 52, 53 até a faixa 68. Bem, há o problema de interferência do mercado. As pessoas que tiverem adquirido a televisão cujo filtro funciona até o canal 69, nas cidades em que o *switch off* tiver sido antecipado e nas quais, provavelmente, logo após poucos meses, começar o serviço LTE nessa faixa, poderão ter dificuldade grande para receber o sinal digital.

Isso nos preocupa, pois haverá dois televisores no mercado. Um deles vai filtrar até o canal 52. Se a pessoa que estiver na localidade em que não tiver ocorrido *switch off* precisar assistir ao canal 57 e tiver adquirido um televisor que filtra no canal 52, não vai conseguir assistir a esse canal. Então, há no mercado um problema que nós depois temos que discutir para ver qual solução de mercado será dada a ele.

Nós, no setor de radiodifusão, chegamos a ouvir sobre três cenários de apagão. O primeiro cenário previu apagão em cerca de 885 Municípios, o que impactaria um total de 1.504 Municípios. Esse cenário depois foi desmentido, sofreu um ajuste, de modo que se reduziu esse número para 724 Municípios, o que impactaria mais 1.123 Municípios. Posteriormente, o Fórum de TV digital recebeu uma proposta para analisar a viabilidade de desligar o sinal analógico em 635 Municípios, o que impactaria mais 877 Municípios, totalizando 1.512 Municípios.

Fazendo uma análise de cada um desses cenários, vemos que o primeiro tinha impacto numa faixa de população de 142 milhões de habitantes, com 44 milhões de domicílios e 14,7 milhões de famílias cadastradas no CADÚNICO, ou 7,2 milhões de beneficiários do Programa Bolsa Família.



No segundo cenário, seria afetada uma população de 125 milhões de habitantes, em 47 milhões de domicílios, com 12 milhões de famílias cadastradas no CADÚNICO e 6 milhões de beneficiários do Programa Bolsa Família.

No último cenário que foi discutido e apresentado ao Fórum, reduziu-se drasticamente a população, que passou a ser de 93 milhões de habitantes, sendo afetados 28 milhões de domicílios nessa região, com um total de 7,7 milhões de famílias cadastradas no CADÚNICO e 3,4 milhões de beneficiários do Programa Bolsa Família.

Supondo que o Governo vá subsidiar essas famílias cadastradas no CADÚNICO ou no Programa Bolsa Família, qual seria o impacto no Orçamento? No cenário A, o impacto poderia chegar a 2,2 bilhões de reais, caso o subsídio fosse de 150 reais, como na época o Secretário Genildo Lins afirmou — o benefício poderia ser de 70 reais ou de 150 reais.

Se considerássemos os beneficiários do CADÚNICO, o impacto no Orçamento da União seria de 2,2 bilhões no primeiro cenário e seria reduzido para 1.150 bilhões no cenário 3.

Agora, se fôssemos considerar que essa política se estenderia para o Brasil inteiro, nós teríamos um impacto no Orçamento de 3,15 bilhões de reais para o subsídio de 150 reais a todas as famílias incluídas no CADÚNICO.

Com uma produção industrial de aproximadamente 15 milhões, como o Daniel disse anteriormente, e supondo que vamos substituir cada televisão analógica por uma televisão apta a receber o sinal digital, finalizaríamos a troca em 2018.

Mas produção industrial não é apenas isso; nós temos que ver também se nosso parque industrial que produz antenas UHF está apto a produzir essa quantidade de unidades; temos que considerar a quantidade de *setup boxes* também, porque há famílias que não irão substituir seus televisores — e ainda há o problema do legado, que é mais fácil resolver com o *setup boxes*.

Além disso, há outro pequeno problema: ainda hoje são produzidos no Brasil televisores de tubo — cerca de 1%, mas ainda são produzidos. Esse 1% representa uma quantidade maior do que o número de televisores de plasma aptos a receber o sinal digital que são produzidos. As pessoas ainda estão comprando televisores que vão durar 2 anos, 3 anos, no máximo 5 anos, pois não estão aptos a receber o sinal



de TV digital. E o mais absurdo: será que essas pessoas estão cientes de que estão comprando um produto que vai ser inutilizado daqui a 2 anos, 4 anos?

Além da possível necessidade de subsídio para os incluídos no CADÚNICO ou no Programa Bolsa Família, como, na época, o próprio Secretário Genildo Lins, hoje Secretário-Executivo do Ministério, aventou, ainda o Governo, como a Dra. Patrícia já disse, lançou o programa que atende aqueles que já foram beneficiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. Falo do Programa Minha Casa Melhor, com o qual as pessoas podem obter um financiamento a taxas de juros baixíssimas, por meio da Caixa Econômica Federal, e adquirir um televisor apto a receber o sinal digital que custe até 1.400 reais.

Nós da ABRATEL reforçamos a necessidade que a ABERT e a ABRA citaram de um piloto de testes, de modo que possamos mensurar o impacto que isso vai ter sobre a população. Principalmente, nós vemos que muitos habitantes hoje estão desinformados: acham que, para ter acesso ao sinal de TV digital é necessário ter TV por assinatura, o que não é verdade. Então, nós precisamos fazer um trabalho maciço de informação, de modo que as pessoas saibam que o sinal da TV digital é livre, aberto e, acima de tudo, gratuito.

Para finalizar, eu gostaria de apresentar um artigo que foi publicado pela *Adnews*, de autoria do Daniel Castro, feito em cima de uma pesquisa encomendada pelo Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital ao Instituto Nielsen.

Essa pesquisa informou que 80% das residências no Brasil ainda possuem TV de tubo, sendo que em 65% dessas residências essa TV é o principal aparelho. Isso, de acordo com esse artigo, significa que a maioria da população não estaria apta para o desligamento do sinal analógico, que está previsto para começar em 2015.

Além disso, apenas 27% dos entrevistados declararam ter uma TV de alta definição, o que é um pouco preocupante para a gente. Há, ainda, a desinformação. As pessoas ainda não sabem o que é uma TV de alta definição. A maioria das pessoas pode até ter uma TV de alta definição, mas não sabe o que é isso.

Para finalizar, as campanhas publicitárias para a divulgação da TV digital também não surtiram efeito. A pesquisa mostra que 46% das pessoas das classes A e B não sabiam, havia 1 ano, o que é TV digital.



Então, o trabalho que nós temos vai ser bastante pesado. Nós temos um produto disponível há mais de 5 anos nos grandes centros urbanos, e as pessoas não sabem que têm acesso a esse produto gratuitamente, nem conhecem os benefícios de inclusão social e de melhoria na qualidade que esse produto pode lhes proporcionar. Portanto, o trabalho de conscientização que nós vamos ter que fazer vai ser bastante árduo.

Era só isso que eu tinha a declarar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Sr. André Felipe Seixas.

Eu gostaria de ouvir agora os Parlamentares, as senhoras e os senhores que estão presentes na nossa audiência pública. Podem fazer a inscrição.

Nós já temos a inscrição da Deputada Luiza Erundina, e os demais Parlamentares que também gostariam de fazer uso da palavra podem comunicar a nossa Mesa. Vamos ouvi-los.

Vou deixar alguns questionamentos para depois dos Parlamentares, em respeito aos que acompanharam esta audiência.

Vamos começar pela Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, senhores expositores, convidados, colegas Parlamentares, servidores presentes a esta audiência pública, eu vou colocar objetivamente algumas questões, muito poucas, até porque recentemente tivemos uma outra audiência pública em que muitos dos aspectos aqui colocados também foram objeto de discussão.

Eu gostaria de destacar a ausência nessa Mesa de representante do campo público. Não há nenhuma entidade, não há nenhum representante das emissoras do campo público integrando essa Mesa de debates, e o processo de digitalização, ou seja, a transferência do sistema analógico para o digital, tem impacto e tem implicações, sobretudo de custos, no campo público das comunicações.

A gente percebe certo descaso com o campo público das comunicações. E sabe-se que a própria legislação brasileira para a política de comunicação prevê a complementariedade dos setores público, estatal e privado das comunicações. Apesar disso, quase sempre, pelo menos no âmbito desta Comissão, e, a meu ver,



também na política de comunicação do País, o campo público foi relegado ao esquecimento, ao segundo plano. É como se ele não existisse.

Levando em conta o direito à informação, à comunicação, até como direito humano fundamental, o campo público deveria ser prioridade em qualquer política pública de comunicação. Lamentavelmente, não é o que ocorre em nosso País.

Também senti falta da presença dos consumidores. Os senhores destacaram com muita propriedade as implicações para os usuários desse serviço, sobretudo para os usuários das camadas populares, e para população de um modo geral, que está desinformada e despreparada, como disse o Sr. Felipe. É preciso saber como suprir essa lacuna num prazo tão curto, até 2018, que é o prazo alongado do segundo decreto, que substituiu o primeiro, que tinha um prazo ainda menor.

Portanto, há uma desinformação, um despreparo dos usuários desse serviço, ou seja, da população, inclusive daqueles 98% da população que é usuária desse serviço. Eu acho que haveria necessidade de um tempo, de uma política e de procedimentos que pudessem suprir esse déficit de informação, de domínio e de conhecimento dessas questões.

Outra questão que me preocupa é o custo. Calculou-se uma estimativa de quanto custaria ao Orçamento público a transferência do sistema analógico para o sistema digital. Eu pergunto: como o setor público vai enfrentar essa questão? Porque o setor público é operado, em sua grande parte, pelos Governos Estaduais, pelos Governos Municipais. Como é que os Municípios e os Estados, na condição em que se encontram, do ponto de vista financeiro, vão dispor de recursos para bancar o custo dessa transição de um sinal para o outro nas emissoras do campo público?

Enfim, acho que há muitas questões em aberto, há muitas perguntas a serem respondidas. A ABRA colocou várias dessas questões em discussão. Eu acho que, antes de o Governo e seus órgãos responsáveis por essa política conseguirem responder a todas essas questões, fica difícil de se ter uma definição clara, precisa, não só de prazos, mas de condições objetivas em que essa transição de um sinal para outro vai ocorrer, inclusive em que prazo isso vai se dar.

Fala-se também da necessidade, como vários dos senhores colocaram, de coincidência de compatibilização de um sistema em relação ao outro. Eu pergunto:



como fica a compatibilização em relação à digitalização de rádio, que, a meu ver, está muito mais atrasada, está muito mais indefinida, está muito menos precisa, no âmbito do Governo, do que a digitalização do sistema de TV?

Foram essas as preocupações que me ocorreram aqui, e elas sugerem a necessidade de muito mais discussões, de muito mais debate entre o Governo e a própria sociedade, os empresários, o segmento do setor que opera esse serviço no País, de tal forma que há muita nuvem ainda para ser esclarecida, há muitos aspectos não claros o suficiente, a ponto de se dizer: *“Não está na hora ainda de se fazer a transição”*. Mesmo esse prazo de 3 anos que se ganhou eu acho absolutamente insuficiente para se responder a todos esses senões, a todas essas dúvidas e a todos esses questionamentos.

E foco principalmente o campo público das comunicações. Não podemos aceitar que um segmento importante do direito à comunicação numa sociedade democrática seja tratado de forma tão secundária, de forma tão descuidada, de forma a nada se contemplar, como tem sido, lamentavelmente, não só por parte deste Governo, mas de todos os Governos que se seguiram nas últimas décadas, que não têm considerado o campo público das comunicações como um campo prioritário, tendo em vista o direito à informação, à comunicação como um direito humano fundamental e o direito, inclusive, à liberdade de expressão, sem o que não se tem assegurada a cidadania plena e muito menos uma sociedade verdadeiramente democrática.

Mas, de qualquer forma, esta foi uma audiência bastante esclarecedora e que apontou vazios, questões e necessidades de respondê-las a partir da contribuição importante que os senhores e as senhoras trouxeram.

Portanto, muito obrigada. Nossos cumprimentos pela sua participação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Deputado Miro Teixeira.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Muito obrigado.

Cumprimento a todos.

Lamentavelmente, não pude assistir a todas as palestras, porque aqui na Casa falta uma engenharia de tráfego para direcionar mais ou menos a organização dos horários, tarefas e reuniões de Comissões. Há sempre temas múltiplos sendo tratados no mesmo horário.



Eu acho que o Governo tem que fazer, se é que já não fez, uma regra transitória, como existem nas leis, na Constituição, disposições transitórias. Se não, nós não vamos chegar, no meu ponto de vista, ao fim dos tempos nesta fase da discussão e toda hora vai ser criada uma coisa para empurrar mais, empurrar mais, empurrar mais.

A regra transitória cria uma segurança para as pessoas, de um modo geral. As pessoas ficam sabendo o que vai acontecer e em que época. E precisa haver também penalidades para quem deixar de cumprir a regra.

Agora, é preciso ter meios? É preciso ter meios. Não acredito que a boa solução seja recorrer aos recursos públicos, porque as empresas têm fins lucrativos, e é bom que tenham. Tomara que faturem mais e mais com tudo o que a TV digital — especialmente a de alta definição — pode proporcionar: a multiprogramação, e tudo o mais. Então, algo como a CIDE — Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, mas restrita às empresas, ou até uma tarifação de empresas com faturamento acima de alguma coisa. Parece-me que esses 2 bilhões de reais não é um número assustador para essa quantidade de empresas, se for uma coisa diluída e que dê segurança numa regra transitória.

É claro que, com melhor qualidade de imagem, haverá mais anúncios, haverá maior faturamento, com maior número de televisores. Diz a lenda que, quando Assis Chateaubriand fundou a *TV Tupi*, ele esqueceu que ninguém tinha televisor. E ele mandou vir dois navios cheios de televisores e obrigou algumas pessoas a comprá-los, como era do estilo dele. Ele os distribuiu para os seus empregados e outros ele deu, até. E parece que, assim, eles conseguiram assistir à primeira transmissão da *TV Tupi* em imagem de três ambientes diferentes.

Bom, não exageremos. Não vamos chegar a isso. Acho que essa dilatação de prazo é uma coisa boa porque permite um ajuste; e está visto que não é um ajuste tão dramático. Parece que o Ministério das Comunicações já ultrapassou muitas etapas a ponto de estar na vanguarda da atualização dos dados. E eu imagino que seja normal mesmo uma dificuldade desse tipo. Não se está tratando de algo de pequena monta, não. Está-se tratando de algo de grande complexidade.

Eu vejo pouco embaraço na comunicação entre os sistemas, de um modo geral. Há *softwares* que... Desde que o sistema de cores foi implantado no Brasil, o



sistema único PAL-M, ninguém deixava de assistir a uma transmissão que estivesse em NTSC ou em qualquer outro sistema, porque há as conversões normais, assim como o Sistema Brasileiro de Televisão Digital, que tem como base um transmissor japonês reforçado — no Japão é tudo a cabo, então, para usá-lo aqui foi preciso reforçar esse transmissor. Mas não se deixa de receber e de transmitir para outros sistemas.

O ideal seria que nós tivéssemos o sistema sul-americano. Acho que o Brasil já estabeleceu alguns acordos internacionais, parece-me até com países africanos, sobre a utilização do nosso sistema. Agora, não vamos achar que nós vamos resolver todos os problemas de um dia para o outro. Nós demos um passo adiante com o anúncio da implantação de um sistema. Fizemos a TV aberta digital, porque a TV digital emplacava pouco no planeta inteiro, inclusive nos Estados Unidos, era estritamente uma TV a cabo por assinatura. No Brasil, não; foi TV aberta. Então, aqueles percentuais que eram alarmantes... *“Mas a TV digital não pega em nenhum lugar do mundo”*. Pegou no Brasil, rapidamente. Como não? E de repente, talvez não por causa disso, mas coincidentemente, começou a ter TV digital aberta. Não é grande mistério, não! É um *chip*. Não há grandes mistérios. Claro que, para a HDTV, muda de figura. Muda de figura. Mas também não se cai num terreno de desconhecimento da ciência. É um terreno muito conhecido, penso eu. Não há grandes mistérios aí para resolver, não. É uma questão de dinheiro, em primeiro lugar. Apontaram ali 2 bilhões e alguma coisa, que não me parece uma soma estratosférica, exceto se quiserem retirar de recursos públicos. Aí, haverá reclamações, porque, se tivéssemos que colocar recursos públicos, eu iria na direção do que disse a Deputada Luiza Erundina. Vamos ver, então, de que maneira nós podemos, de alguma forma, subsidiar, pelo menos em parte, as TVs comunitárias, para que elas possam oferecer uma qualidade digital.

E, antes de encerrar, peço licença, porque eu tenho que sair também, pois tenho que recolher assinaturas para uma Comissão Geral sobre a questão dos direitos autorais. E aproveito para pedir aqui o apoio dos companheiros para discutirmos profundamente esse assunto antes de o votarmos no plenário. Eu quero dizer que sou a favor da plena liberdade, mas quero ouvir as opiniões contrárias.



Como não? É como aquele livro *Liberdade para as ideias que odiamos*. (Riso.) Só para as nossas, não tem o menor sentido.

Mas finalmente eu entendo que nós estamos muito perto de resolver tudo o que é relativo à TV digital no Brasil. Os jovens casais nos Estados Unidos, pelo menos 20% dos jovens casais, já não compram televisores. Nas suas casas, eles assistem à televisão pelo monitor de computador, baixam suas coisas, acessam os canais, de modo geral, pelos seus monitores. É estatístico: 20% das novas residências já estão dispensando os aparelhos de televisão, os televisores; tudo é feito no próprio monitor. Eu acho que isso também deve ser levado em conta. Nós estamos vivendo uma fase de adaptação. Está havendo, de fato, a convergência tecnológica. Já não é um palavreado, não é um palavrório. Esse aparelhinho aqui serve para tudo, até para falar com outra pessoa. Antigamente, só fazia isso. Agora, serve para muitas outras coisas.

Mas, de qualquer maneira, eu acho que as opiniões de todos os setores, e não apenas pelo que ouvi hoje, são muito consistentes. E há um fórum da TV digital em que o pessoal que trabalhou no Projeto TV digital ensina muito ao povo: que a TV digital é livre, é aberta, basta ter a antena UHF — eu tenho a impressão de que, dependendo do televisor, nem sempre a *setup box*. E me faltou um dado, que eu não sei se continua atualizado: a maioria dos televisores no Brasil, 60% deles, logo que foi lançado esse projeto do Sistema Brasileiro de TV Digital, eram televisores abaixo de 22 polegadas, pequenos, de tubo. Hoje, tubo já é praticamente exceção; é seguramente exceção. Então, acho que nós estamos avançando bem, estamos avançando depressa. Não devemos ter a ansiedade de acabar logo.

Eu penso que, numa regra de transição, a segurança resolverá tudo, deixando como sugestão, e como sugestão que se imagine para essas retransmissoras que atendem às geradoras formidáveis que nós temos — nós não temos dificuldade, nós não temos um pequeno número de estações de televisão no Brasil, nós temos um grande número de estações de televisão no Brasil —, eu tenho a impressão de que ninguém se negará, num grande contrato e por um tempo determinado, a fornecer às suas retransmissoras os meios necessários à obtenção de recursos, diretamente ou por aval. Agora, como é uma atividade lucrativa, e bastante lucrativa — desejo que aumentem esses lucros —, eu não acho certo



retirar fatias de recursos públicos para subsidiar essa viagem do mundo analógico para o mundo digital.

Agora, seguramente V.Sas. têm todas as soluções. Eu só deixo aqui as minhas preocupações e confio na solução de todos. E peço licença para ir cuidar dessa questão dos direitos autorais, porque eu acho que interessa a todos, que é a defesa da liberdade de expressão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito bem. Obrigado, Deputado Miro.

Com a palavra a Deputada Margarida Salomão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Sr. Presidente, Srs. expositores, acho que todos os oradores reconheceram a complexidade da governança nesse processo de transição.

Eu queria ouvir, particularmente da Dra. Patrícia e do Sr. Marconi, o que está sendo pensado em relação ao usuário, quer dizer, as políticas industriais, as estratégias de acesso aos bens para garantir aquilo que o Ministro falou, de que o *switch off* só vai acontecer quando nós tivermos a garantia de que 100% dos usuários possam ter acesso à transmissão digital.

Eu concordo com o Deputado Miro Teixeira que, nesse processo, nos próximos 3 anos, é muito provável que boa parte das pessoas esteja assistindo à televisão via monitor, ou via iPad, ou qualquer coisa dessas. Mas, de todo modo, particularmente no que concerne à baixa renda, eu gostaria de saber e compreender melhor como esses recursos vão ser disponibilizados para permitir que esse anúncio feito pelo Ministro — e eu não só confio que se verifique, mas é desejável que ele se verifique — de fato aconteça.

Então, era isso que eu queria indagar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Deputada.

Antes de passar a palavra aos nossos expositores, eu quero agradecer a presença de todos, da Dra. Patrícia Ávila, do Dr. Marconi, do Sr. Daniel Pimentel, do Sr. Flávio Lara, do Sr. André Felipe Seixas, dos Deputados e Deputadas e de todos os presentes. E quero deixar algumas contribuições, iniciando pelas palavras do Ministro Paulo Bernardo e de todos os nossos oradores de que o sinal analógico



somente será desligado quando for assegurada a toda a população a capacidade de recepção do sinal digital. Então, eu acho que nessas palavras está o desejo principal e o trabalho de todos aqui para que a população continue tendo acesso gratuito à TV, que é hoje a principal forma de comunicação do País, presente em quase 100% dos lares.

Mas, permitam-me aqui colocar o pouco tempo, o curto prazo, que nós temos para conseguir fazer com que essa frase seja colocada em prática. Eu acho pouco provável que nós consigamos, Deputada Erundina, até o dia 1º de janeiro de 2015, assegurar essas palavras. Nós temos uma flexibilização até 2018? Sim. Mas nós tivemos uma antecipação de 2016 para 2015. E os senhores e senhoras sabem que nós estamos concluindo o ano de 2013 e entrando num ano eleitoral — 2014 —, com todas as restrições que nós temos em licitações, em processos políticos, em processos públicos, que atrasam o processo e que levam, no final do ano que vem, a praticamente não conseguirmos fazer e assegurar essas políticas públicas.

Por quê? O *switch off*, Presidentes e companheiros, inicia-se nas grandes cidades a partir de 2015. Ou seja, nos grandes centros do Brasil, a maior parte da população brasileira vai ter o seu desligamento amanhã, porque 2015 é amanhã. Em 2018, Dr. Marconi, parece-me que será nas regiões mais distantes e mais remotas. Mas, nos centros importantes, esse atrelamento do *switch off* à liberação da faixa de 700, dito aqui pelo representante da ABERT, parece-me temerário, porque nós não temos as garantias. As garantias estão em estudo. Quais são as cidades? Ainda não foram reveladas. Nós já tivemos aí três composições, que a ABRATEL me trouxe: uma inicial; depois, uma segunda; agora, uma terceira avaliação de cidades; e pode ter até uma quarta, eu não sei. Mas o que eu quero dizer é que nós estamos ainda com estudos.

Quais são as políticas que garantem essa recepção em estudo? As consultas públicas estão sendo concluídas. Portanto, podemos assegurar que nós não temos ainda, neste momento, nenhuma segurança absoluta de que a população vai ter, no dia 1º de janeiro de 2015, como dito, as palavras: “a segurança de que toda a população vai ter a recepção do sinal digital.”

Então, é essa a contribuição que a Comissão de Ciência e Tecnologia tem que deixar.



Eu já agradeço a participação de todos, porque, através dos membros desta Comissão, nós pudemos fazer, semana passada, uma audiência no Ministério, onde pudemos inclusive revelar todos esses questionamentos — a Deputada Luiza Erundina e vários Parlamentares estavam presentes —, que me parece contribuíram, Dr. Marconi, para um aprofundamento, porque só vamos alcançar esse objetivo se todos estivermos irmanados no mesmo objetivo de vontade e de realizações de atos, não é só também de vontade.

Mas o que eu vejo como temerário, desde a discussão que tive ainda lá, no evento da SET — Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão, em São Paulo — estive lá representando a nossa Comissão, Deputada —, é que naquele momento estávamos em estudo, e estamos ainda concluindo o mês de outubro em estudos! Vamos ter agora, em novembro, as respostas para algumas consultas. Mas será que vai ter tempo para que essas respostas possam ter objetivo até a data de que dispomos? Para mim, a data não é 2018, é 2015. Nós temos que pensar que o início do desligamento é 2015. E é essa a nossa maior preocupação.

Então, eu quero deixar aqui a palavra para as considerações finais dos Parlamentares. Contem com esta Comissão. E quero finalizar dizendo que, em nome do povo brasileiro, que o Parlamento representa, nós vamos garantir a aplicação dessa frase. Sei que o Governo está imbuído do propósito, mas nós temos esta obrigação, como legisladores, de assegurar realmente que isso aconteça e que essas pessoas continuem recebendo o sinal de televisão de forma aberta e gratuita. Essa é a característica do Brasil. Não é a cabo, não é por satélite, e, sim, de forma aberta e pública.

Passo a palavra, para as considerações finais, aos companheiros da Mesa. A Dra. Patrícia quer colocar alguma coisa?

A SRA. PATRÍCIA BRITO ÁVILA - Não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Dr. Marconi?

O SR. MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA - Obrigado.

Eu queria basicamente fazer minhas considerações finais principalmente sobre a colocação da Deputada, sua pergunta, a respeito do que está sendo feito



pelos usuários e abordaria a questão colocada também pelo companheiro de Mesa, o André, e a do Deputado Sandro Alex, agora, em relação à redução de cidades.

Quando nós apresentamos os primeiros 885 Municípios com aqueles canais, que eu mostrei lá, na faixa de 700 e outros ali envolvidos, que necessariamente precisavam apagar o sinal analógico para poder implantar a televisão digital, foi em função de que a ANATEL tinha uma ferramenta, um *software*, em que identificávamos a cobertura do canal que estava sendo irradiado sem levar em consideração o relevo. Então, era uma ferramenta que tinha essa deficiência.

Mais recentemente, agora com as aquisições que fomos fazer para dar conta da administração de espectro, até para os grandes eventos — Copa do Mundo entre eles —, já compramos uma ferramenta que leva em consideração o relevo. Com uma montanha presente ali, a ferramenta a leva em consideração e bloqueia a passagem do sinal para o próximo Município. Então, ele estaria livre daquele sinal. Assim, o número de Municípios baixou para 724, e com 1.800, que é o que o André colocou. Isso em função de estudos de engenharia.

E depois, mais recentemente, nessas reuniões presenciais com os radiodifusores, com a sociedade de engenharia de televisão, com representantes, com engenheiros trabalhando, engenheiros da ANATEL também, e o Ministério das Comunicações, outras medidas estão sendo tomadas, no sentido de que, quando determinado canal pode entrar em uma rede de frequência única, ele não ocupa um canal singular para ele próprio, e, sim, entra numa rede. Por exemplo, o canal 32 pode ser repetido numa cidade vizinha com o canal 32, porque o sistema escolhido permite que isso seja feito. Aí, ele deixa de usar o 25, por exemplo, em que ele esteja e se pode reutilizar essa frequência para outra finalidade. Isso tem, sim, reflexos na quantidade de Municípios que, para a liberação da faixa de 700 megas, precisam do apagamento da TV analógica. Então, isso tem reflexo direto no consumidor, no telespectador. Por quê? Porque eu libero esses Municípios de uma urgência do apagamento. Mesmo que o poder público queira implantar o LTA — Laboratório de Linguagem e Técnicas Adaptativas naquele Município, se ele não estiver dentro daquele conjunto, que só pode entrar o LTA na faixa de 700, se apagar o analógico, então eu libero. A ANATEL — e eu vou falar só pelo lado da ANATEL — tem a missão de diminuir ao máximo o número de Municípios, porque eu



preciso de urgência para apagamento, e aí eu libero para que o poder público possa ter mais elasticidade com esse cronograma.

É esta a posição da ANATEL.

Muito obrigado. Agradeço imensamente pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Obrigado, Dr. Marconi.

Tem a palavra a Dra. Patrícia.

A SRA. PATRÍCIA BRITO ÁVILA - Obrigada.

Deputado Sandro, se V.Exa. me permite, eu vou fazer algumas pontuações sobre o que foi falado, algumas coisas que eu esqueci de falar sobre algo que eu ouvi na manifestação dos outros. Depois vou responder suas perguntas, dentro do que for possível.

Em relação a Prefeituras, Deputada, o número que a gente tem, pelo sistema de radiodifusão, é de 25% de outorgas para Prefeituras. Dessas 25%, eu tenho 12% delas nesse cenário citado pelo Marconi em relação à ANATEL para o desligamento. Desses 25%, eu queria lembrar que foi utilizado, bastante tempo atrás, no Ministério, como estratégia de aumento da cobertura no País, que fossem dadas outorgas às Prefeituras, para que se pudesse ter uma cobertura cada vez maior e chegar a esses 98% a que a gente chegou. Então, muitas dessas outorgas não são de televisões do campo público; são outorgas para as Prefeituras que fazem retransmissão do sinal de empresas privadas, em sua maioria. Então, esse percentual é bastante menor.

Em relação à sua preocupação com o campo público, eu acho que o Ministério a compactua com V.Exa. Já falei disso aqui anteriormente, mas eu gostaria de repetir: recentemente, a Secretaria foi estruturada em uma Diretoria de Radiodifusão Pública e em uma Diretoria de Radiodifusão Privada, exatamente para poder ter essa equivalência em relação à política pública, como discuti-la, dando peso igual à empresa privada e à pública.

Em relação a essas Prefeituras, é importante também falar que, nessas reuniões de replanejamento, existem muitas Prefeituras com outorga para cobrir uma determinada região, que é de sombra. Imagine que a gente tenha uma torre e um contorno aqui — vou pegar o exemplo do Daniel, o do *SBT*, e uma outorga de Prefeitura dentro desse contorno para cobrir uma área de sombra, porque existe



uma montanha, um relevo. No frigir dos ovos, usando uma expressão popular, eu diria que, nesse contorno, não vai ser mais necessária a outorga de Prefeitura. Com o sinal digital, vai ser possível para a empresa, a do Daniel, por exemplo, ter essa torre. Aí, ela mesma vai colocar a sua retransmissora e funcionar em rede, exatamente para otimizar o espectro ou não ser obrigada a ter outro canal ali funcionando. Este é o trabalho que a ANATEL vem fazendo. Por isso que esse trabalho é tão importante, porque ele tem impacto no número de canais, ele tem impacto em como vai estar o espectro. Isto, digamos assim, muda o cenário. Em alguns casos, a gente já tem orientado os radiodifusores — é importante destacar — nessas reuniões de planejamento, quando as Prefeituras não tiverem mais condição de operar ali; a gente sabe que muitas Prefeituras não têm mais interesse ou não têm condições, e aí, nesse casos, dá-se prioridade à análise desses processos no Ministério. Geralmente, eles pedem a transferência da outorga da Prefeitura para a empresa. A gente vem fazendo esse trabalho. Com isso, a gente acha que consegue reduzir o número de Prefeituras disponíveis, que têm cooutorga, e essa dificuldade, digamos, pode ocorrer no desligamento.

Para isso, a gente sabe que é necessário financiamento também. A gente esteve, recentemente, conversando com o BNDES. Hoje, o BNDES oferece um crédito — eu não vou me lembrar o valor. Cinco milhões? O crédito mínimo dele é de 5 milhões. Para eu montar uma RTV no interior, preciso de 150 mil. Uma Prefeitura não vai ter mais que 3, 4, então, não consegue crédito com o BNDES.

É precisa fazer isso por meio de uma instituição financeira, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica. Este é o trabalho que a gente imagina que tem condições de construir uma proposta viável.

Emissoras do campo público têm conseguido financiamento com o BNDES. Quando a gente fala de Governos do Estado e de TVs educativas estatais, eu tenho notícias recentes de que o Governo da Amazônia conseguiu e está sendo discutido com os outros Governos Estaduais para eles trilharem o mesmo caminho. E quando eles conseguem, a gente tem um acompanhamento bastante próximo deles, o que lhes possibilita, quando em parceria com entes públicos, a consignação de uma forma, também, bastante simplificada.



Em relação à política industrial, uma coisa que eu esqueci de falar foi sobre a isenção de impostos — antes de a gente chegar ao Ministério, já havia, e essa política permanece — na compra de transmissores digitais. Já existe uma isenção. A gente discute com o fórum; eles têm uma demanda por uma isenção maior. Este é um tema que a gente está levando para discussão inclusive com o Ministério da Fazenda.

Em relação à produção de antenas UHF e à produção de TV de tubo, a gente sabe que tem que ser dada a descontinuidade. A gente está trabalhando nisso. E a questão da produção, a gente discute no fórum. Para nós, o fórum é um espaço de discussão com todos os *stakeholders* de todos esses temas, da mesma forma que a gente tem que pensar num incentivo ao *setup box*. Hoje, a gente tem um *setup box* de baixo custo. Foi feito um trabalho, no início, para a venda de *setup box*, mas não vingou, porque as pessoas não tinham conhecimento de todo esse processo de transição e o trabalho ali envolvido. A gente sabe que essa política mais para frente vai ter que ser feita.

Em relação ao *awareness*, para usar o termo adequado, ou seja, a consciência que as pessoas têm em relação à TV, a pesquisa que o André apresentou foi feita pelo Fórum de TV Digital, a pesquisa do Instituto Nielsen. Realmente, eles fizeram isso porque o *recall* das propagandas dele é muito baixo. E o que a gente vem discutindo com eles é que a comunicação é fundamental para garantir um desligamento adequado. A gente precisa comunicar, adequadamente, o desligamento, para que as pessoas tenham consciência do que é. Existe muita confusão efetivamente entre o que é TV por assinatura e televisão digital. A gente acha que esse é um trabalho que tem que ser feito principalmente pelos radiodifusores. A gente discutiu isso no fórum. Uma das redes colocou isso dentro de uma novela, e, na mesma hora, num *site* do Fórum de TV Digital, aumentou bastante a procura por informação sobre TV digital. Esse é um trabalho que a gente está construindo conjuntamente e que efetivamente é importante.

Em relação à recepção, o trabalho que a gente está fazendo, Deputada Margarida, inicialmente, é para termos condições de monitorar adequadamente. A gente tem alguns dados, tem pesquisas encomendadas, além de uma pesquisa que a gente está encomendando. Eu acompanhei o desligamento no Japão. Eles tinham



lá um radar. Obviamente, o Japão é um país muito menor e em condição econômica muito maior. Eles acompanhavam mês a mês a evolução da penetração de receptores. A gente tem dados da indústria e dados encomendados tanto para o IBGE como para a SECOM — Secretaria de Comunicação Social. Ano que vem, a gente já vai ter o primeiro resultado. Fora isso, a gente tem uma pesquisa, que está sendo contratada. A gente quer uma pesquisa maior para ter esse monitoramento, digamos, mais próximo.

O Daniel mencionou uma informação importante e que eu não costumo destacar muito, mas se a gente pensar até em 2018, a gente vai ter a substituição de todos os aparelhos de televisão no Brasil. Obviamente, existe uma população... A gente compartilha essa preocupação. Há dois tipos de população de baixa renda: aquela que tem acesso a crédito, como o Bolsa Família, por exemplo, que é resolvido pelo Minha Casa Melhor — para mim, é Minha Casa, Minha Vida —, e tem um público que não tem acesso a crédito. Então, o que a gente vai fazer com o público que não tem acesso a crédito?

O que o Ministério veio divulgando, na época do Genildo, é que se tenha um cupom e condições de obter um *setup box* ou uma televisão, a definir. Mas, para isso, a gente precisa — eu vou voltar porque falei no início da apresentação — definir quais são as cidades, definir quais são os custos. O Conselheiro Jarbas, da ANATEL, falou no Congresso da SET — Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão, em agosto, e isto é importante —, que os custos para esses equipamentos vão ser pagos pela licitação. A gente tem que definir os custos e a garantia de que eles vão ser pagos. Isto é relevante. E a gente trabalha para quê? Para que o impacto seja o menor possível. Quando eu falo em 2015 a 2018, o Deputado Sandro Alex tem razão. Se começar em 1º de janeiro de 2015, eu tenho menos de 1 ano e meio. Mas se a gente conseguir trabalhar para que o impacto seja o menor possível, como disse o Marconi, com o menor número de cidades impactadas pelo desligamento, a gente vai conseguir fazer um escalonamento, conversado com a radiodifusão, no sentido, como citou o Daniel, de fazer um ligamento, ou seja, partir de mercados importantes para essas empresas, que hoje trabalham com custos duplicados, porque se tem o custo de manter um analógico, se tem o custo de manter o digital, e o custo de energia é muito mais alto, além de



um custo interno na empresa de pós-produção. Mais ainda, ainda não se tem um negócio que dê um diferencial para cobrir isso. É o equilíbrio que a gente está tentando construir nesse diálogo com V.Exas.

Quando a gente fala de plano de TV digital, obviamente que a gente tem um plano pronto, mas quando se discute política pública a gente sabe que não é um produto pronto e acabado. O que eu queria deixar como mensagem aqui é que política pública de TV digital é construída no diálogo, ouvindo todos aqui, digamos assim, e prestando atenção em algumas coisas que, às vezes, podem passar despercebidas e que são importantes, para efetivamente fazer um desligamento que tenha o menor impacto possível sobre a população.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Obrigada, Dra. Patrícia.

Tem a palavra o Sr. Daniel.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Deputado Sandro Alex, como consideração final, eu queria usar suas próprias palavras, sobre o período do cronograma, 2015 a 2018. Ou seja, se considerarmos as primeiras cidades, janeiro de 2015 — ou seja, menos de 1 ano e meio — seria iniciado o processo de desligação. Daí a importância tão grande do cronograma, porque junto com ele, nós entendemos que o Ministério e a ANATEL apresentarão as medidas. Se incluirmos como primeiras cidades, Rio, Brasília e São Paulo, Deputada Erundina, cidade que a senhora governou por tantos anos, serão 25 milhões de domicílios. Num total de 60, teremos quase 40% da população já na arrancada, no início. Por isso que nós dissemos: até o presente momento, a condução do poder público está sendo bastante tranquila, ponderada e confortável, mas a hora, realmente, da verdade, será com o cronograma, a publicação do cronograma e as medidas que serão apresentadas. Como já foi dito aqui, a produção dos televisores, a distribuição do *setup box*, as linhas de financiamento, a questão das campanhas informativas, tudo isso virá em um pacote que o Governo pretende iniciar.

O problema, como foi dito, é complexo. O número de pessoas afetadas por essa mudança tecnológica é brutal, e nós estamos construindo e acompanhando esse assunto, mas o outro legado positivo, Deputado Sandro Alex, é que nós temos construído isso, Deputado Takayama, a quatro mãos. O poder público tem dado



espaço para que os setores envolvidos possam apresentar sugestões. No projeto consolidado, veremos se essas sugestões foram ou não incorporadas e se isso é um plano robusto e consistente para prevenir a população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Com a palavra o Sr. Flávio Lara Resende.

O SR. FLÁVIO LARA RESENDE - Deputado, primeiramente, eu quero agradecer mais uma vez a possibilidade de estarmos aqui representando a ABRA e apresentando nossas posições. Como considerações finais, quero deixar que a nossa preocupação, da mesma forma que foi manifestada pelo Deputado Sandro Alex e pelo Presidente da ABERT, Daniel Slaviero, quando a trouxe para 2015, houve uma antecipação. É fundamental que tenhamos o cronograma publicado pelo MINICOM para que efetivamente a gente possa avaliar se existe a possibilidade de cumpri-lo. Achamos temerário! Será muito difícil o cumprimento desse cronograma a partir de 2015, mas, de qualquer forma, estaremos dispostos a tentar cumpri-lo, desde que seja razoável esse cronograma.

Muito obrigado, mais uma vez, Deputado Sandro Alex.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Flávio.

Com a palavra o Sr. André Felipe.

O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE - Muito obrigado, Sr. Deputado.

Em nome da ABRATEL — Associação Brasileira de Rádio e Televisão, eu gostaria de agradecer a oportunidade e também de destacar que nós, da ABRATEL, temos uma preocupação bastante acentuada com a digitalização das Prefeituras. Inclusive, não há necessidade de se gastar dinheiro público para digitalizar as Prefeituras. Nós temos uma janela de oportunidade muito interessante, que será o Leilão de 700 mega-hertz. Uma parte do dinheiro que vai ser utilizado com esse leilão e que as teles vão utilizar para pagar essa frequência pode muito bem ser utilizada como recurso para digitalizar essas Prefeituras. Para muitas dessas Prefeituras as emissoras de TV são economicamente inviáveis porque o custo é muito elevado. Às vezes, é necessário reforço de torre e tudo mais. Nós estamos vislumbrando essa possível solução de utilizar parte dos recursos do Leilão de 700 para digitalizar essas Prefeituras. Preocupa-nos também outro assunto importante: a falta de cultura de TV digital. Ainda que Brasília seja uma das cidades que primeiro



começou a TV digital, a maioria das emissoras aqui ainda funciona em caráter precário, com fins científicos. Por exemplo, a mesma emissora que pega na minha casa não é a que pega no meu trabalho por causa da limitação de potência. Então, Brasília não tem uma cultura de as pessoas verem a programação em alta definição, utilizarem os outros recursos que a TV digital pode propiciar. É uma cidade de pessoas de elevada escolaridade, alto poder aquisitivo, mas sem essa cultura. Vamos olhar o restante do País, onde a informação não chega com a mesma eficiência que chega a Brasília e o poder aquisitivo é muito menor para renovação de seus aparelhos televisores ou receptores. Então, temos que olhar como um todo. Se em Brasília nós não estamos preparados para um apagão em 2015, o restante do Brasil tem que ser pensado com mais carinho e com um olhar mais profundo à realidade econômica desta situação. Também falam muito em *switch off*, a solução de interferência devido à grande penetração de TV por assinatura. Se tivermos um problema em que as pessoas comecem a cortar os seus supérfluos, um dos primeiros a ser cortado, notadamente, será a TV por assinatura. Com isso, quem hoje assiste TV por assinatura pode amanhã não ter condições de pagar TV por assinatura e não ter acesso aos sinais de TV livre, aberto e gratuito por causa de condições de interferência ou por não ter sido corretamente informado tanto pelo radiodifusor quanto pelo Governo sobre as políticas públicas de apagão do sinal analógico.

São várias as preocupações que nós temos, mas nós, radiodifusores, temos confiança de que o Governo está nos escutando, está atento. A médio prazo, até iniciarmos o *switch off* — talvez não exatamente em 2015 as primeiras cidades, podendo ser em 2016 —, o Governo vai adotar as cautelas necessárias para o êxito do *switch off*.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado a todos. Quero agradecer aos Parlamentares que estiveram conosco, aos assessores, à imprensa e aos palestrantes pelas contribuições dadas à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Quero dizer que continuamos trabalhando para garantir ao povo brasileiro a TV de qualidade, livre, aberta e gratuita.

Boa tarde a todos.



Está encerrada esta reunião.